NOTAS SOBRE A RELAÇÃO CAMPO-CIDADE: A GEOGRAFIA DA DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO

Sócrates Oliveira Menezes[21]

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a relação campo-cidade a partir do processo de divisão social e territorial do trabalho como condição/produto do sistema do capital. A tese central se estabelece no argumento de que a relação campo-cidade é a expressão espacial da divisão do trabalho, fundamental para a realização do valor-capital. É por meio dela que a produção se especializa, pela intensificação da exploração do trabalho, ao mesmo tempo em que generaliza e amplia suas relações de troca. O caráter desigual e contraditório inerente a tais relações se mostra como a essência da forma historicamente específica do desenvolvimento social e espacial próprio do capitalismo. Neste sentido, campo-cidade se apresenta como a síntese histórica das relações de especialização, fragmentação e integração de espaços que dialeticamente se combinam e se unem no processo de acumulação e reprodução do capital.

Palavras-Chave: Relação Campo-Cidade; Divisão do trabalho; Sistema do Capital.

NOTES ON THE FIELD-CITY RELATIONSHIP: THE GEOGRAPHY OF TERRITORIAL DIVISION OF LABOR

ABSTRACT

This paper aims to analyze the relationship between country side and city from the process of social and territorial division as conditional/product of the capital system. The central thesis is based on the argument that says the relationship between country side and city is the spatial work division expression, which is key for value capital achievement. Through that achievement and the

[21] Prof. MSc. de Geografia da Universidade Federal de Sergipe e integrante do "Grupo de Pesquisa Estado, Capital, Trabalho e Políticas de Re-ordenamento Territorial" vinculado ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia – UFS e inscrito na CAPES. E-mail: *socratesmenezes@yahoo.com.br*

intensification of workforce exploitation, production gets specialized and its exchange relations are enlarged. The uneven and contradictory relations' character shows up as the core of the way capitalism socially and spatially evolved. Accordingly, country side – city presents itself as the historical summary of specialization, fragmentation and integration relations that dialectically combine themselves and join the process of accumulation and reproduction of capital.
Keywords: Field-Value City, Division of labor; System Capital.

NOTAS SOBRE LA RELACIÓN CAMPO-CIUDAD: LA GEOGRAFÍA DE DIVISIÓN TERRITORIAL DEL TRABAJO

RESUMEN
Este artículo pretende analizar la relación campo-ciudad desde el proceso de producción social y la división territorial del trabajo como una condición/producto del sistema del capital. La tesis central se asienta en el argumento de que la relación rural-urbana es la expresión espacial de la división del trabajo, fundamental para la creación de valor del capital. Es a través de ella que se especializa en la producción, la intensificación de los trabajos de exploración, al mismo tiempo que se generaliza y extiende sus términos de intercambio. La iniquidad y la contradicción inherente a este tipo de relaciones se muestra como la esencia de un desarrollo social y espacial históricamente específica del capitalismo. En este sentido, campo-ciudad se presenta una breve historia de las relaciones de la especialización, la fragmentación y la integración de los espacios que combinan dialécticamente y participar en el proceso de acumulación y reproducción del capital.
Palabras-clave: Relación Campo-Ciudad, División del Trabajo, Sistema del Capital.

Introdução

Não se pode iniciar o presente artigo sem uma observação metodológica: que a separação entre campo e cidade é uma mera abstração que nasce das relações de dominação econômica, ganha um

corpo concreto e sobrepõe a realidade material como força ideológica que objetiva manter o estado normal da produção capitalista até o ponto de sua naturalização. No entanto, na realidade material e concreta campo e cidade jamais existiram de forma separada e isolada. Por isso que o objetivo do presente artigo não é buscar o entendimento do campo e da cidade para depois entender a relação existente entre eles. O caminho será invertido: busca-se entender campo e cidade como *relação* que tem como pressuposto a *divisão social do trabalho* para, assim, entender o campo e a cidade como espaços específicos (e não isolados, nem separados), bem como suas formas diferenciadas de inserção no processo produtivo da riqueza social. O próprio processo da divisão histórica do trabalho é que garante a unidade da relação. Tal observação tem como objetivo distanciar da visão dicotômica e antagônica pela qual alguns trabalhos têm se dirigido no sentido de entender o campo e a cidade. Busca-se, então, conceber campo e cidade na sua unidade contraditória tendo em um a condição de realização do outro e como fundamental para a ordem do capital.

Nesta perspectiva, uma segunda observação também se torna necessária: a relação campo-cidade representa a dimensão espacial da *divisão social do trabalho.* É a própria divisão territorial do trabalho que representa, numa ótica mais geral, a base espacial pela qual o sistema do capital trilhou e continua a trilhar sua história social e econômica. Como observa Marx, "o fundamento de toda divisão do trabalho desenvolvida e processada através da troca de mercadorias é a separação entre a cidade e o campo. Pode-se dizer que toda a história econômica da sociedade se resume a dinâmica dessa antítese" (1984; 204)[22].

Uma terceira observação metodológica: se a proposta da análise é entender a relação campo-cidade inserida na dinâmica do capital, esta só pode ser feita se inserir no desenvolvimento de sua argumentação categorias analíticas que permitam apreender o funcionamento dos mecanismos econômicos e sociais que garante a ordem do capital sua condição hegemônica. Neste sentido, a categoria fundamental para a análise é a *divisão do trabalho* e seu caráter contraditório e combinado, próprio da lógica do capital. A relevância desta observação se mostra constante na Geografia, pois a

[22] MARX. **O Capital**, 1983, v.1, t. 2.

necessidade que esta disciplina assumiu em elaborar e criar categorias e um discurso próprio, como forma de ser "merecedora" do *status* de ciência, conforme a velha visão positivista, distanciou o geógrafo da saudável leitura e debate com as ciências sociais, a filosofia, a economia, política e história.

Se o texto tem como o objetivo entender a relação campo-cidade a partir da divisão social e territorial do trabalho, então seu tripé de sustentação analítica se estabelece da seguinte forma: (1) campo-cidade como par dialético; (2) campo-cidade como necessidade do capital; (3) a relação campo-cidade como inscrita no movimento contraditório e combinado do capitalismo. É sobre este sustentáculo que a análise geográfica se efetivará no sentido de buscar entender e aprofundar o debate para uma compreensão mais crítica sobre campo e cidade.

A Relação Campo-Cidade e o Princípio da Unidade Dialética

Partimos do pressuposto que o capital é uma força social e produtiva que se origina no processo da alienação do trabalho. Mas isso seria insuficiente, abstrato e universal caso ele não tivesse como significado material o fato de que a base social produtiva, seja ela a indústria, a agricultura, o artesanato, etc., tende a se especializar a partir do processo da *divisão do trabalho.* Ainda não seria menos universal e abstrato se a divisão social do trabalho não estivesse se inserido em relações historicamente específicas e hegemônicas regidas pelo capitalismo. A divisão do trabalho não é meramente uma separação rumo à especialização e ao aumento da produtividade do trabalho humano, mas é também um instrumento de dominação e alienação.

As próprias classes sociais específicas do capitalismo – capitalista, proprietário fundiário e proletário – são produto de uma *divisão social do trabalho* também específica do capitalismo. É baseado nesta divisão que as classes com interesses antagônicos se organizam no processo de trabalho seguindo uma ordem *cooperativa.* Mas a cooperação indica apenas que há um relacionamento entre as diferentes classes no processo da produção. Como toda e qualquer sociedade classista, na sociedade capitalista as classes correspondentes a ela se organizam e se relacionam de forma conflituosa. Como toda e qualquer sociedade que se organiza sob o prisma da acumulação da

riqueza, a *cooperação conflituosa* inerente ao processo produtivo da sociedade capitalista indica que a divisão do trabalho é um mecanismo que põe no mesmo barco classes antagônicas com interesses, conseqüentemente, também antagônicos. Como a divisão não é harmônica, mas hierárquica e conflituosa, e como a hierarquia pressupõe um domínio de uma classe sobre a outra, a classe subalterna se insere na divisão do trabalho com sua *função* definida: a de sustentar a classe dominante, além de si própria. Na sociedade capitalista, para que a classe dominante exerça sua condição de dominação e que, conseqüentemente, a riqueza fique acumulada em suas mãos, é necessário que os meios de produção estejam separados da classe trabalhadora e concentrada em torno dos capitalistas e proprietários fundiários. A alienação do trabalho se efetiva pela própria divisão do trabalho: o capitalista como o dono de capital; o proprietário fundiário como o monopólio de terras; e o que resta ao proletariado é apenas sua força de trabalho. Nesta tríade está a síntese da própria produção capitalista.

A divisão do trabalho tem como princípio estrutural provocar processos de *cisões* e a *alienação* como forma de controle: a *cisão* indicando separação, divisão; e a *alienação* indicando unidade contraditória, relação conflituosa. No capitalismo o produto, por exemplo, só se realiza enquanto mercadoria na medida em que seu valor de uso e o seu valor de troca se opõem e, contraditoriamente, se unem na realização da troca por um equivalente; o trabalhador só se realiza na medida em que lhe é imposto a separação da sua força de trabalho em relação aos meios de produção e subsistência. No caso da relação campo-cidade, é seguindo este mesmo sentido que a espacialização das relações capitalistas se realiza: cidade, como expressão do urbano avançado e moderno, separa-se do rural pobre e atrasado ao mesmo tempo em que se relacionam contraditoriamente. Como nos assinala Rotta, "a categoria espaço econômico possui um estatuto teoricamente definido apenas quando há cisão em seu interior, surgindo a oposição dialética entre espaço urbano e rural" (1997; 460)[23].

Diametralmente em posições contrárias, mas numa unidade dialética, campo e cidade reproduzem e realizam a necessária *divisão*

[23] ROTTA. Anais do II Encontro Nacional de Economia Política 1997.

territorial do trabalho na reafirmação de sua subsunção ao capital. Seja na possibilidade da realização material e, simultaneamente, no imaginário estabelecido pelo discurso da modernidade e do avançado, a cidade se sobrepõe e nega o rural. Nesta relação a real condição da essência contraditória e histórica da incessante divisão hierárquica do trabalho torna-se, então, mascarada.

A cidade representa a própria mudança, sinaliza a emergência simultânea de diferenciados processos de produção. Na cidade o urbano se efetiva: o diverso é contemplado no presente que se estabelece na visão do futuro, do moderno, do derradeiro.

O campo aparece como negação da modernidade, da impossibilidade do desenvolvimento e do acesso irrestrito ao produto do trabalho social despendido e materializado aparentemente na cidade (CONCEIÇÃO, 1991)[24].

É nesse sentido que, como aponta Marques (2000)[25], a relação campo-cidade configura como unidade da síntese histórica da divisão do trabalho:

> A cidade aparece como consumidora e o campo como o lugar da produção por excelência [...]. Com o desenvolvimento das forças produtivas e uma maior divisão do trabalho, a grande indústria universalizou a concorrência, estabeleceu os meios de comunicação e o mercado mundial moderno, engendrando uma rápida circulação e a centralização dos capitais [...]. Completa-se a vitória da cidade sobre o campo (MARQUES, 2000; p. 105-6).

Mesmo no atual estágio das relações capitalistas, em que o processo da mundialização do capital engendra um novo dinamismo nas relações socioeconômicas e também faz com que se quebre a solidez da caracterização espacial do desenvolvimento social (países

[24] Nas palavras de Alexandrina Luz Conceição: "A cidade passa a representar o sonho da sua não realização no campo. Aos poucos a forma de pensar capitalista urbanizada vai quebrando a resistência do estar, ficar no campo; entretanto antes de representar a negação de estar na terra, ficar com a terra, o sonho representa a certeza de não querer passar necessidade." (CONCEIÇÃO, 1991; p. 135).

[25] MARQUES. **Revista Terra Livre**, 2002.

subdesenvolvidos e desenvolvimento, periferia e centro, campo e cidade etc.) a imagem, tal como a ideologia da cidade como o avançado, não se altera e a natureza da divisão hierárquica se conserva. Ainda que mais complexa, a relação hegemônica entre espaços desiguais não só se efetiva, como seria inimaginável o capitalismo sem ela. Isso ocorre porque a dinâmica do processo de mundialização mantém sua estrutura contraditória, pois na medida em que uma aparente tendência a homogeneização se efetiva, como é muito comum nos discursos defensores da *Globalização* – discurso relativo ao caráter flexível e mundializado com que o capital se insere nos territórios – por outro lado, esse próprio processo de mundialização se efetiva por um mercado extremamente competitivo, monopolista e seletivo que reproduz, assim, a desigualdade econômica e social própria do capitalismo.

Se se é verdade que neste dinamismo e nesta nova lógica da divisão do trabalho há emergência econômica de regiões rurais com uma maior influência no mercado global e se é verdade que há regiões urbanas sofrendo uma franca decadência econômica[26], no entanto isso não indica uma inversão no sentido da hegemonia da cidade sobre o campo, mas apenas que as relações, que são eminentemente contraditórias e conflituosas, também se reproduzem de forma cada vez mais intensa no campo. Cidade e campo não devem ser entendidos como espaços *absolutos*, delimitados por fronteiras físicas ou conceituais, nem tão pouco devem ser vistos a partir de uma visão clássica e conservadora que põe, de um lado, o campo a partir do bucólico e, do outro lado, a cidade como o eminentemente moderno. Mas devem ser entendidos como espaços que se definem por relações e espaços que se relacionam para além de qualquer separação dicotômica. Tal como no capitalismo o atrasado é irmão gêmeo do moderno e a produção da riqueza caminha de mãos dadas com a pobreza, o rural está no urbano tal como o urbano se encontra no rural[27].

---

[26] HARVEY. **A condição pós-moderna**, 1998.

[27] Desta forma, Alentejano destaca que "O que todas essas observações nos permitem afirmar é que os tradicionais estereótipos que definiram campo e cidade, rural e urbano, não são pertinentes e isso não se deve a uma unificação da realidade que moldaria tudo à imagem e semelhança das características atribuída às cidades. Não se trata da eliminação pura e simples do rural e a sua transmutação em urbano, mas um fenômeno mais complexo, onde um novo urbano e um novo rural surgem

O campo e a cidade, portanto, configuram-se como produto do constante movimento de produção, processos territoriais contínuos sendo empregados ao espaço. É a materialidade da dinâmica social, é o próprio movimento, são relações sociais concretizadas no espaço.

A Divisão do Trabalho e a Divisão Campo-Cidade: Uma Necessária Condição do Capital

Sobre a divisão do trabalho, partimos do pressuposto de que ela é uma categoria chave para o entendimento, tanto da história do processo de dominação do sistema do capital, como de sua geográfica expansão hegemônica pelo espaço mundial. Mas ela ainda é abstrata caso não seja historicizada, pois o papel que ela desempenha no capitalismo, por exemplo, é bem diferente do que desempenha em uma dita "*economia natural*"[28]. Do ponto de vista universal, abstraindo as condições históricas do modo de produção capitalista, a divisão do trabalho pode ser entendida como um processo de fragmentação e especialização da produção por setores e espaços da produção e da circulação; como um instrumento necessário para o aumento da produtividade do trabalho social. Essa interpretação poderia até ganhar um *ar de naturalização* se a história social seguisse as leis naturais, ao invés das humanas. No entanto, considerando a história social é necessário entender os processos econômicos e sociais inseridos na lógica concreta e materialmente existente, nesse caso, na lógica da ordem do capital.

O capital é uma força social auto-reprodutiva que tem no processo de acumulação da riqueza social seu fundamento material e histórico. É composto por um "círculo vicioso" totalitário e universalizante em que todas as dimensões da dinâmica material tendem a se originarem e acabarem nele próprio. E faz isso de forma

---

do choque entre ambos. Na realidade, a diversidade de formas de organização social que proliferaram, tanto no campo como na cidade, poderiam nos levar a sucumbir a tentação de dizer que não existe um urbano e um rural, mas vários urbanos e rurais"(ALENTEJANO, 2003; p. 32).

[28] Por *economia natural* entende-se aquela onde o valor de uso da riqueza social exerce função preponderante (em detrimento do valor de troca), a produção está diretamente ligada às necessidades reais humanas (em detrimento do mercado), o processo da acumulação não existe e, assim, a sociedade não é composta por classes.

tão autoritária que ele passa a produzir a realidade social segundo sua necessidade acumulativa/auto-reprodutiva fazendo com que elas mesmas sejam confundidas com as próprias necessidades humanas.

Desta forma, a história humana torna-se redutível a própria história do capital. Neste momento é que, efetivamente, o "criado" transforma-se no "criador", tal como sujeito transforma-se em objeto-mercadoria.

Inserida na lógica do sistema acumulativo historicamente específico do capital, a divisão do trabalho não representa mais somente um processo de especialização e intensificação da produtividade do trabalho humano, mas também uma espacialização fragmentária e alienante que intensifica a produtividade do trabalho como forma de aumentar a exploração, ao mesmo tempo em que aumenta a acumulação. A divisão do trabalho se converte em divisão hierárquica e o aumento da produção passa a caminhar junto com o aumento das necessidades dos produtores reais: os próprios trabalhadores. A produtividade passa a depender da expropriação dos trabalhadores e o processo de geração de riqueza passa a ser também um processo de geração de pobreza. A divisão do trabalho apresenta, desta forma, sua lógica contraditória e combinada.

É neste sentido que se tornou moeda corrente no pensamento geográfico crítico o entendimento de que o processo de produção espacial inserido e ordenado pelo capitalismo é regido pelo movimento contraditório e combinado. No entanto, tal argumento ainda não é suficiente e pode representar uma crítica superficial, sob o risco de cair num debate meramente denunciativo e vago, do tipo "pobreza sustentando riqueza"[29], caso essas contradições não sejam analisadas a partir do modo especificamente histórico do capital, pois o que é o capitalismo senão uma concretude histórica do *império do capital*?

[29] O sentido vago da lógica "pobreza sustentando riqueza" está na sua universalidade histórica: desde os impérios clássicos, o mundo feudal e até no capitalismo, isso é uma verdade usada até pelas suas respectivas classes dominantes. Desta forma, por si só, não nos permite entender como que se dão as contradições específicas na história do capitalismo. Aliás, quais foram os argumentos da burguesia no processo da revolução industrial senão àqueles fundamentados nesta lógica e como forma de consentir seus interesses com os interesses do povo?

É necessário, pois, que se afirme que o capital é também uma dada forma histórica da ontológica relação homem-natureza, pois o que é a história do capital senão apenas uma fase concreta da história humana?

O movimento contraditório e combinado representa o processo histórico de como o trabalho se insere na trama de relações e submissão ao capital por vias de sua divisão/especialização, que também é sempre um processo de alienação. Essa divisão/especialização é contraditória porque cria seus antagonismos (capital e trabalho como pares antagônicos); é combinado porque estes antagonismos se relacionam de forma indissociável e insuperável, enquanto existir a ordem dominante do capital (capital e trabalho como pares dialéticos – o segundo submisso ao primeiro, mas sempre interdependentes).

O movimento contraditório e combinado está na estrutura genética do capital. E a gênese do capital está no momento histórico em que trabalho e meios de produção se separam e se relacionam de forma conflitante na produção da riqueza social. A separação indica que o trabalhado não exerce o livre e autônomo acesso a tudo aquilo necessário a sua realização. Indica ainda que os resultados desta forma de trabalho, os produtos da riqueza social, estão também separados daquele que executa a atividade laboral, o trabalhador. Mas, os meios de produção são resultados de trabalho precedente, são processos de trabalho cristalizados em maquinaria, matéria-prima, insumos, instrumentos, etc. Isso significa que ao separar meios de produção do trabalho, o trabalho está separado de seus produtos e dos meios necessários à realização de outros produtos. Isso significa que o trabalho está separado de si mesmo, que está alienado. Em resumo, chegamos na materialidade da fórmula-capital: capital é trabalho, trabalho alienado. A estrutural divisão do trabalho é desta forma o mecanismo que garante a existência histórica do capital.

Da divisão raiz capital-trabalho surge outras que completam o processo. Por exemplo, o trabalho, como fonte de valor da produção, não exerce controle sobre ela que, por sua vez, é exercida pelo capital. Desta forma, produção e controle estão também separados. Da mesma forma, se o controle da produção não está na esfera do trabalho produtivo, significa que os resultados do trabalho não obedecem as necessidades reais dos trabalhadores. Produção e consumo também estão separados (e não é difícil entender isso

quando observado que o consumo de luxo para o sustento da opulência caminha junto com a existência da fome e da miséria). Se o trabalho na produção e controle da produção estão separados, a produção não obedece a necessidade de uma distribuição igualmente substantiva. Produção e distribuição da riqueza socialmente produzida também estão separadas.

No entanto, é necessário que se afirme que a separação nunca é total. Ao mesmo tempo em que produção e consumo, por exemplo, caminha na direção de uma separação, acompanhando o desenvolvimento capitalista, nunca existirá produção se não houver consumo. Produção e consumo nunca serão autônomos e independentes. Tal lógica é também reproduzida aos demais movimentos rumo à separação. A unidade é relacional e insuperável. O caráter unitário dos antagonismos representa a própria lógica contraditória e combinada inerente a divisão do trabalho na ordem do capital (MÉSZÁROS, 2003; p.19)[30].

A separação entre produção e controle, produção e consumo, produção e distribuição pertencem á lógica reprodutiva do capital resumida pela unidade: *produção – circulação – distribuição – consumo*. Esta unidade contraditória resume a história econômica do capital, mas ela também se expressa no espaço e impõe à sua produção a mesma lógica contraditória.

A relação entre campo e cidade é uma expressão dessa contradição e sua gênese está na própria história da industrialização capitalista. O que seria das emergentes cidades industriais do século XIX se não fosse a força de trabalho proveniente do campo?

Com o desenvolvimento da indústria, a produção se espacializa na cidade e exerce condição hegemônica com o campo. A cidade se transforma no espaço da produção avançada, espaço da modernidade; enquanto o campo representa o antigo, atrasado, retrógrado e conservador, como herança da ordem feudal.

Mas o campo continuava exercendo *função* importante para o desenvolvimento da força industrial. Era no campo que estava localizada a força de trabalho. O fim da servidão feudal e a pobreza reproduzida neste espaço, além da condição hegemônica exercida pela *ideologia da cidade moderna*, forçavam milhões de trabalhadores a exercer sua mobilidade no sentido campo-cidade e a comporem um mercado

[30] MÉSZÁROS. **O século XXI: socialismo ou barbárie?**. 2003.

de trabalho e uma massa reserva de trabalhadores essencial para o crescimento capitalista. Para a emergente indústria, isso significava diminuição dos custos da produção: força de trabalho mais barata. Era a pobreza do campo financiando a riqueza.

Nesta embrionária divisão territorial do trabalho sob a ordem capital, o campo exercia ainda a *função* de fornecedor de matéria-prima para a indústria. A desvalorização do campo, vista como o *espaço do atraso*, refletia ainda a desvalorização de sua produção. Para a emergente indústria, isso significava diminuição dos custos de sua produção: matéria-prima mais barata. Novamente, a pobreza financiando a riqueza.

A divisão do trabalho só tem fundamento para a ordem do capital no momento em que ela se transforma numa divisão hierárquica. Do ponto de vista produtivo, essa hierarquia é exercida pelos setores mais avançados da produção. Do ponto de vista social, a hierarquia é exercida pela classe correspondente a lógica produtiva, no caso, os capitalistas. Do ponto de vista espacial, a hierarquia se reproduz nos espaços que controlam a produção, no caso a cidade, a metrópole, o país imperialista, a região mais rica, etc.

Como já visto, a divisão do trabalho é o fundamento histórico da produção econômica da sociedade capitalista. A divisão social e territorial são apenas dimensões diferenciadas de sua existência. Neste sentido, entende-se que as diferentes dimensões da divisão do trabalho não correspondem ao sentido fragmentário, ou muito menos relacionados às partes complementárias do processo, mas sim sua própria totalidade abordada sob diferentes dimensões.

Campo-Cidade como expressão do espaço fragmentado/articulado e sua importância na realização do valor e do trabalho abstrato

Para que a produção da riqueza material, no sentido abstrato e universal, seja a produção da riqueza apropriada pelo capital, seu próprio fundamento material, é necessário que o trabalho realizado na produção dessa riqueza seja, como vimos, trabalho alienado. Isso significa que a lógica social do trabalho – gerar coisas úteis para a sociedade, valores de uso – deve ser invertida e o objetivo da produção passa a não ser mais as necessidade reais humanas, mas as próprias necessidades do mercado e do lucro, ou o próprio valor de

troca. Desta foram é que, na sociedade capitalista, a produção que não seja lucrativa é uma produção condenada.

Para efetivar o processo de alienação, não basta somente que trabalho esteja separado dos meios de produção, mas que haja também um *estranhamento*. Isso significa que os meios de produção e o resultado da produção (as próprias mercadorias) não sejam reconhecidos como resultado do processo de trabalho humano despendido na produção, mas sim como resultado do processo produtivo do capital. O trabalho concreto, aquele destinado a uma necessidade objetivada (criação de valores de uso para a sociedade), torna-se redutível ao ato mecânico de trabalhar (o trabalhador não tem outro objetivo a não ser trocar sua força de trabalho por salário), tal como uma máquina e um instrumento qualquer: torna-se trabalho abstrato, trabalho alienado cujo sua finalidade deixa de ser prioritariamente a criação de valores de uso para a sociedade e passa a ser criação do valor para o capital.

Para que tal inversão aconteça é necessário criar *cisões* no seio da produção e a principal, como vimos, é a própria divisão capital-trabalho: o trabalho alienado dos meios de produção que, por sua vez, transforma-se em capital. Mas não basta que a divisão do trabalho ocorra somente na produção, é necessário também que essa alienação se espacialize e se reproduza em territórios que desempenhe *funções* específicas no circuito reprodutivo. A alienação ganha, desta forma, sua dimensão espacial.

O capital é também uma força social sempre em expansão. Capital parado que não se valoriza não é capital. Esta expansão tem também sua dimensão espacial. A lógica expansionista segue sempre uma tendência mundial na articulação de espaços fragmentados pela divisão territorial do trabalho. A mundialização do capital é a própria mundialização da articulação de espaços fragmentados e hierarquizados na trama o mercado global. A dimensão espacial do sistema acumulativo ganha, desta forma, seu caráter alienante.

O trabalho abstrato e o valor só se universalizam no momento em que se efetiva o plano de dominação e expansão pela da divisão territorial e hierárquica do trabalho pelo espaço global. Como afirma Smith (1988)[31]:

[31] SMITH. **Desenvolvimento desigual**. 1988.

> Para o valor tornar-se a forma universal do trabalho abstrato, como de fato, ele busca fazer no modo capitalista de produção, diferentes processos de trabalho concreto em lugares distintos devem ocorrer conjuntamente no mercado. O isolamento social dos processos particulares de trabalho, tão prejudicial à universalização do valor não pode ser superado sem primeiro vencer o isolamento espacial dos diferentes processos. (idem; 128).

O processo de realização do valor caminha sempre na contramão do isolamento social e espacial do trabalho concreto e da produção. É necessária a articulação destes espaços, pois o contrário representaria não somente uma barreira para a realização do valor e do trabalho abstrato, mas também o próprio limite do processo acumulativo.

As relações de articulação espacial representam, desta forma, a pré-condição e o resultado da realização do trabalho abstrato. Representam ainda a possibilidade do funcionamento das relações de crédito e da própria mobilidade do capital e do trabalho. A relação campo-cidade, como síntese do espaço econômico, expressa essa dinâmica, pois continuam espaços que se fragmentam e se articulam sempre na teia de relações hegemônicas da produção capitalista.

Possibilitado pelo desenvolvimento das forças produtivas "a mobilidade do capital e, em menor proporção, do trabalho" (SMITH, 1988) ganham dimensão mundial e se realizam numa rapidez extrema apropriando-se desigual e contraditoriamente da totalidade do espaço global.

O processo de expansão territorial absoluta do capital segue a lógica desigual e contraditória completando-se na produção também diferenciada de espaços em escala mundial. A territorialização do capital mescla o movimento histórico de apropriação absoluta do espaço e do contínuo e vertiginoso movimento de construção, desconstrução e reconstrução das relações que condicionam a forma social de apropriação.

A divisão do trabalho e a produção do territorial do capo e da cidade: uma geografia do capital e do trabalho

A divisão territorial do trabalho, entendida como dimensão e/ou expressão da divisão social, contempla o processo histórico da condição geográfica do capital e da forma de espacialização da subsunção do trabalho. Como, do ponto de vista abstrato, o espaço é produto histórico do trabalho humano, campo e cidade estão inseridos nesta lógica.

Na economia mercantil, a divisão do trabalho representou a expressão necessária da contínua separação inicialmente produzida entre agricultura e indústria, espacialmente isso significou a separação da cidade do campo. Este caminho tendencial repercutiu na contínua subdivisão e especialização em subcategorias produtivas até o ponto de um mesmo produto cristalizar o trabalho de diferentes e variados ramos produtivos, seja a manufatura produzida na cidade, ou nos produtos agrícolas e artesanais produzidos no campo. Esse processo sucessivo de divisões, estendido para a esfera espacial, passa também a se dividir na esfera da circulação das mercadorias sempre em escala global (LÊNIN, 1988)[32].

Com o desenvolvimento da indústria e do plano expansivo do capitalismo pelo mundo a conquista de novos territórios era imprescindível. O capital buscava na sua conquista espacial pelo globo a ampliação dos mercados: mercados de trabalho, mercado de consumo e mercado de matéria-prima. Para as metrópoles do século XIX, sobretudo Inglaterra e França, representada pelas já grandes cidades industriais (Londres e Paris), isso significava a possibilidade de ampliar seus capitais através de investimentos em outras áreas (sobretudo nos campos indianos produtores de ópio), de ampliar o mercado consumidor para absorção da produção (já abarrotada) das suas indústrias (como foi o real sentido material da abolição do trabalho escravo na América Latina) e de explorar os recursos minerais tão necessário para a continuidade do crescimento produtivo (como foi a exploração quase que desumana dos chineses na extração de carvão mineral).

[32] LENIN. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**, 1988.

O caráter universal do desenvolvimento capitalista caminha junto com seu caráter contraditório e esta é a fórmula de como esses territórios se inserem na sua lógica global. Com a universalização do capital, o mundo passa a não somente ser dividido em espaços da produção, espaços de consumo e espaços de extração de matéria-prima, mas essas diferentes dimensões do espaço passam a caminhar juntas no movimento incessante por onde o capital se territorializa.

Na medida em que as relações capitalistas são introduzidas num determinado espaço dominado, um conseqüente amadurecimento dessas relações tende a ocorrer fazendo com que se desenvolva ali um capitalismo primário que pode, inclusive, concorrer com o espaço dominante responsável pela sua inserção no mercado capitalista. Isso ocorre porque como o objetivo é produzir mais por menos, explorar mais gastando menos, independente da origem os capitais ali inseridos, eles próprios seguirão a tendência acumulativa promovendo certo desenvolvimento técnico e uma massa de assalariados, necessária para a formação de um mercado consumidor interno. É como se os capitais concentrados nos espaços dominantes promovessem seus próprios concorrentes em espaços dominados. Mas é claro que esse movimento tende a ser travado por mecanismos de dominação existente no próprio mercado como, por exemplo, a exportação de tecnologia obsoleta para os espaços dominados e o endividamento dos empréstimos de capitais. Essa contradição existente entre a promoção do desenvolvimento e a manutenção da dependência é combinada no sentido conservar a relação hierárquica existente entre estes territórios.

O processo de mundialização do capital, que acompanha sua história desde sua gênese até os dias atuais, não se dá somente de forma expansiva, horizontal, pela conquista de todas as áreas da superfície terrestre, mas também se dá de forma intensiva, verticalizada, reafirmando, reproduzindo e recriando suas relações de dominação. No mapa do capital, os territórios não são meramente divididos segundo suas funções, ou melhor, segundo sua condição na divisão internacional do trabalho, mas a divisão social do trabalho também é reproduzida nestes territórios, pois neles a divisão capital-trabalho e as classes sociais correspondente a ela (capitalistas, proprietários de terra e trabalhadores) também se efetiva. A mecanização e a industrialização da agricultura e o conseqüente assalariamento dos trabalhadores camponeses é um exemplo clássico

de como capitalismo se estende e intensifica suas relações para o campo. Para isso ele tende a destruir o antigo (como o campesinato), reconstrói o velho (como o latifúndio) e promove o novo (o capitalista da agricultura) numa trama incessante de relações de poder.

E é exatamente desse movimento que o território, seja rural ou urbano, é produzido. Ou seja, surge da relação totalitária, não de suas fronteiras.

Mas a tendência de expansão das relações capitalistas pelo espaço mundial não é feita de forma harmônica. O que precede o capitalismo é o próprio capital. Para que haja a reprodução de capital é necessária a existência não somente da produção direta da mais-valia (expressada pelo trabalho assalariado na produção material da riqueza social), como na reprodução ampliada do capital existente no assalariamento capitalista, mas também é necessário que essa reprodução ampliada (existente somente a partir das relações capitalistas) encontre seus condicionantes (como mão-de-obra e elementos da massa dos meios de produção) dispostos em meios não-capitalistas de produção.

Na ótica do capital, essa contradição é insuperável, pois na medida em que expande a produção da mais-valia pelo mundo é necessário também que o sistema reproduza relações não-capitalistas de produção. São nestes espaços que o capital encontra a possibilidade de manter o ritmo crescente de sua acumulação, pois como sistema acumulativo auto-reprodutivo ele deve se apresentar sempre em expansão. Mas, a necessidade de manter setores não-capitalistas significa frear a própria expansão capitalista, frear a própria expansão da mais-valia, ou o próprio lucro dos capitais.

Os espaços de relações de produção não-capitalistas funcionam como uma *válvula de escape* que tendem a regular os efeitos destrutivos do próprio avanço capitalista. Estão nestes espaços a resposta às crises de superprodução relativa e a fonte de trabalho barato. Entretanto, essa relação é também contraditória. Espaços "capitalizados" e espaços "não capitalizados" não se relacionam em pé de igualdade. Como toda relação-capital, ela é sempre desigual e hierárquica. Daí que o campo deve continuar sendo o espaço pobre e não "capitalizado" (embora parte dele também deva ser "capitalizado" – parte por onde o capital se expandiu) e o campesinato, por exemplo, que deveria caminhar rumo a extinção deve continuar existindo, pois ainda é fonte de mão-de-obra e de

produtos baratos, além destino de boa parte da produção industrializada. E são essas relações não-capitalistas que, no fundo, são as que sustentam o próprio capitalismo. O "capitalismo puro" é uma mera abstração sem sustentação histórica; o mundo nunca será composto somente por burgueses e proletários (LUXEMBURG, 1985)[33].

A contradição existente nessa relação hierárquica entre espaços desiguais tem seus limites traçados exatamente no momento em que ocorra uma exaustão no processo de exploração. Em outras palavras, no momento em que os espaços não-capitalistas, aqueles que funcionam como *válvulas de escape*, tenham sua riqueza (o trabalho e os produtos do trabalho) expropriada de tal forma que ele próprio, o capital, esgota a capacidade de continuar a sua exploração. Isso significa uma exaustão como espaço de produção, pois os setores capitalistas que consomem essa produção dos espaços não capitalizados, ao usar seu poder de troca no mercado, impõem um valor cada vez mais baixo a produção não capitalista que se desvaloriza como conseqüência; e como espaço de consumo para a produção do excedente capitalista, pois tendo sua produção desvalorizada no mercado seu poder de compra se reduz ao nível da subsistência diminuindo, assim, o mercado de consumo.

Esta relação contraditória pode também ser observada no campo, pois as relações capitalistas não se restringem aos limites das cidades. Setores capitalizados no campo, como a agroindústria, etc., têm como sustento setores não capitalizados no próprio campo, sobretudo a partir do campesinato. Neste momento, a divisão do trabalho tende a se reproduzir dentro do próprio campo criando espaços não-capitalistas ao mesmo tempo em que intensifica a produção capitalista. Isso porque, como aponta Oliveira (1999)[34], "na agricultura o capital ora controla a circulação subordinando a produção, ora se instala na produção subordinando a circulação. Aliás, uma engendra a outra. Como conseqüência desse movimento contraditório temos ora o monopólio do capital na produção, ora na circulação". Isso se realiza, por parte do capitalista, na utilização de "relações de trabalho familiares para não terem que investir, na contratação da mão-de-obra assalariada, uma parte do seu capital." O

[33] LUXEMBURG. **A acumulação do capital**, 1985.
[34] OLIVEIRA. **Boletim de Geografia Teorética**, 1999.

resultado do trabalho não-assalariado, o próprio resultado da produção familiar, é apropriado pelo capital por um valor abaixo do real. "Assim, transformam, realizam a metamorfose da renda da terra em capital. Este processo nada mais é, pois, do que o processo de [re]produção do capital, que se faz através de relações não-capitalistas." (idem; p. 31-32). É desta forma que destaca Oliveira:

> O capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo canto e lugar; destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele (o capital) cria, recria o trabalho familiar camponês para que a produção do capital seja possível, e com ela a acumulação possa aumentar. (OLIVEIRA 1999; p. 32).

Em cada lugar, em cada região, em cada espaço do mundo estas relações se territorializam de forma específica obedecendo a um movimento lógico, que é o movimento da própria sociedade capitalista, ainda que na sua forma contemporânea, neoliberal, flexível e "globalizada". Tal movimento é regido segundo o entrelaçamento das condições da força de trabalho (e sua subsunção ao assalariamento), da atuação do Estado (e sua capacidade de financiar o capital e controlar a força de trabalho) e da inserção deste território na economia mundial (a capacidade do capital investido centralizar e exercer influência no mercado).

O processo de territorialização passa a ser determinado pela forma intensa e constante da apropriação desigual e contraditória do espaço estabelecida pela ininterrupta e vertiginosa lógica do *metabolismo do capital* e, conseqüentemente, nas diferentes formas de subsunção/reação do trabalho. Entende-se, neste sentido, que a produção do território, na ordem dominante do capital, está também estabelecida pelo tripé Capital-Estado-Trabalho (MÉSZÁROS, 2002)[35].

É necessário que se diga que o trabalho exerce condição de centralidade nessas relações. Se entendermos que capital é trabalho

[35] MÉSZÁROS. **Para além do capital**, 2002.

(ainda que trabalho alienado) e território como o produto/condição concreta das relações de poder proveniente do conflito estrutural capital *versus* trabalho no espaço, é ele, o trabalho, a chave-mestra para o desvendamento da realidade escondida por trás da alienação do capital. É, assim, a análise geográfica do trabalho para o desvendamento do "conteúdo do metabolismo do capital e sua expressão nos lugares" (THOMAZ Jr., 2004; p.10).[36]

A constante especialização da técnica e do trabalho leva a divisão territorial do trabalho criando espaços especializados naquilo que suas condições materiais provindas da relação capital-trabalho possibilitam[37]. Estabelecida nesta forma histórica a produção direcionada pelas determinações do sistema acumulativo expressa o processo de espacialização do trabalho nas diferentes formas de materialização da tendência de expansão das relações capitalistas no campo e na cidade.

Considerações finais

A relação campo-cidade representa a forma pela qual as engrenagens do sistema hegemônico, baseado na divisão social e territorial do trabalho e na produção da troca de mercadorias, movem-se no processo da sua produção histórica. Representa o próprio resumo de sua história econômica (MARX, 1994).

Campo e cidade se complementam e tal relação simboliza não somente o processo histórico da contínua expropriação e subsunção do trabalho, mas a própria condição da realização, da acumulação e da reprodução do capital. Campo e cidade correspondem a forma de

---

[36] Como Thomaz Jr. observa: "É através deste movimento dialético e das mediações teóricas requeridas, que faremos do trabalho um tema permanente para a Geografia, ou para a geografia do trabalho, um campo de investigação centralmente focado para o entendimento da estrutura de poder e do controle social exercidos pelo capital sobre a sociedade e, em particular sobre o trabalho. O que entendemos por geografia do trabalho é que não se trata de constituirmos mais um recorte disciplinar, ou uma nova corrente na Geografia." (THOMAZ Jr., 2004; 10).

[37] "Todas estas formas se prolongam pela sua espacialização. Sem acentuar ainda em extremo a polarização do espaço, a manufatura prefigura-a sublinhando a separação entre cidade e campo e, mais generalizadamente, desenvolvido a divisão territorial pela exploração sistemática de todas as possibilidades (especialmente divido a mão-de-obra) de especialização vantajosa de um país ou de uma região" (GAUDEMAR, 1977; 238).

entendimento sócio-espacial, e também histórico, da divisão necessária do trabalho; do processo de criação da massa de trabalhadores e sua exploração; da espacialização do capital pelo processo de territorialização e também o signo dialético da condição espacial do capital. Mais que isso, sob tal relação dialética, campo-cidade expressam ainda a própria condição histórica e espacial de existência do capital. Campo e cidade constituem uma relação, não espaços divididos e limitados.

Material e espacialmente, como já assinalado, as dimensões social e territorial da divisão do trabalho expressam a histórica ligação entre o trabalho e a possibilidade do capital engendrar a acumulação, reprodução e até mesmo sua realização nas diferentes esferas da produção, nos diferentes lugares e na própria totalidade mundial. A relação contraditória campo-cidade não está só na gênese do sistema acumulativo do capital, mas na própria genética, na estrutura, é, pois, uma relação radical e suas contradições se perpetuarão enquanto perpetuar a lógica acumulativa e alienante própria do sistema produtor de mercadorias.

Referências

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. As Relações Campo-Cidade no Brasil do Século XXI, in **Revista Terra Livre**, São Paulo: AGB, n. 21, Julho-dez de 2003, p. 25-39.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A Questão Camponesa: o signo sob o olhar dialético.** UFS: NPGEO. Departamento de Geografia. Aracaju, 1991 (Dissertação de Mestrado).

GAUDEMAR, Jean Paul de. **Mobilidade do trabalho e Acumulação do Capital**, editorial Stampa, p 181-262.

HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Vozes, 1998.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de produção do mercado interno para a grande indústria**: tradução e revisão de Paulo Bezerra – São Paulo: Nova Cultural, 1988.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**; Anticrítica / Rosa Luxemburg; apresentação de Paul Singer; traduções de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas. – 2. ed. – São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARQUES, Marta Inêz Medeiros. O conceito de espaço rural em questão, in **Revista Terra Livre**, São Paulo: AGB, ano 18, n.19, jul-dez, 2002, p. 95-112

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**; livro primeiro,v. 2; apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. – São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**; apresentação de Ricardo Antunes; tradução de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa – São Paulo: Editora da UNICAMP / Boitempo, 2002.

_____. **O século XXI: socialismo ou barbárie?**;tradução de Paulo César Castanheira – São Paulo: Boitempo Editorial; 2003.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia e território: desenvolvimento desenvolvimento e contradições na agricultura. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v.25, n. 49/50, p.15-58, 1999.

THOMAZ JÚNIOR, A. Reestruturação produtiva do capital no campo, no século XXI, e os desafios para o trabalho. **Revista Pegada Eletrônica**, v. 3, n. 1 e 2, novembro de 2004.

ROTTA, José Heleno. Sobre a oposição entre o rural e o urbano em Marx e sua atualidade. In. **Anais do II Encontro Nacional de Economia Política**, PUC/SP, 27 a 30 de maio de 1997, p. 459 a 477, tradução de Javier Gonzalez-Pueyo.

SMITH, Neil, **Desenvolvimento desigual**; tradução de Eduardo de Almeida Navarro –Rio de Janeiro – Bertrand, 1988.